

# ESTABILIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL: estudo comparado entre Bibliotecários, Contadores e Analistas de Tecnologia da Informação

*Josmária Lima Ribeiro de Oliveira\**  
*Helena Maria Tarchi Crivellari\*\**

## RESUMO

O artigo foi baseado em dados de pesquisa realizada, para obtenção do título de doutorado em um programa brasileiro de pós-graduação em Ciência da Informação. Por meio de estudo comparado entre três grupos socioprofissionais, a saber: bibliotecários, contadores e analistas de tecnologia da informação, o texto analisa as características de estabilidade e carreira profissional. Como método de pesquisa, foi adotada a abordagem quantitativa, com o uso das bases RAIS e RAIS MIGRA, do Ministério do Trabalho e Emprego, explorando dados dos anos compreendidos entre 1985 e 2009. Foram, também, utilizados dados da PNAD/IBGE, referentes aos anos de 2002, 2004, 2006 e 2008. Foi possível constatar, no que tange à atuação profissional dos grupos estudados, que as profissões regulamentadas há mais tempo mostram condições mais favoráveis quanto à estabilidade e à carreira, o que significa melhores relações e condições de trabalho.

**Palavras-chave:** Bibliotecários. Contadores. Profissões. Estabilidade. Relações de Trabalho.

\* Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil.  
E-mail: josmariadeoliveira@gmail.com.

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Professora do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.  
E-mail: helenacrivellari@gmail.com.

## I INTRODUÇÃO

Este artigo discute, de forma comparativa, os casos de três grupos socioprofissionais que seguiram rumos distintos nos respectivos processos de profissionalização. Conforme Campos e Machado (2000), as atividades se profissionalizam de acordo com o seu grau de articulação orgânica, das relações que estabelecem com o Estado e a sociedade. Trata-se, portanto, de um processo de construção social que sofre influência de contextos socioeconômicos, a depender do sistema social e da definição dos papéis sociais. Dos grupos aqui estudados, dois foram regulamentados através de lei federal e da organização em conselhos profissionais. São eles, os bibliotecários e os contadores. O terceiro grupo estudado, composto pelos analistas de TI, ainda não está plenamente regulamentado.

O presente artigo apresenta pequena parte dos resultados de uma ampla pesquisa sobre o tema (AUTOR 1, 2012). Neste texto concentram-se as reflexões sobre estabilidade e carreira, tomando por base as investigações sobre os fenômenos da 'mobilidade' e da 'informalidade', a partir da observação histórica sobre o comportamento do emprego, para os três grupos socioprofissionais, no Brasil, nas últimas três décadas. Os dados levantados confirmam a hipótese levantada, inicialmente, de que as profissões regulamentadas possibilitam melhores empregos e melhores relações de trabalho.

Do ponto de vista conceitual, a pesquisa trabalhou com autores dos campos da ciência da informação/informação, educação e trabalho (CRONIN, 1993; AUTOR1, 2012; AUTOR 2, 2003; PENA, 2007); sociologia das profissões (ABBOTT, 1988; MARINHO, 1985; WILLENSKY, 1964); sociologia do trabalho (BORGES, 2004; CAMPOS

E MACHADO, 2000); economia (CACCIAMALI, 1999) para citar apenas alguns.

Do ponto de vista metodológico, ao analisar as três diferentes profissões, fez-se opção pelo estudo comparado que permite, dentro de limites previamente estabelecidos, analisar semelhanças e diferenças. O estudo comparado, para Sartori (1994), é um método de estudo que controla leis, generalizações, hipóteses e variáveis. Esses critérios permitem a criação de teorias e generalizações que se apliquem a todos os casos incluídos, nas mesmas condições em que o estudo se desenvolveu.

A presente pesquisa não teve a pretensão de generalização, mas somente o objetivo de encontrar uma explicação para o processo de profissionalização das três profissões estudadas e as diferenças nos resultados alcançados, relativamente às relações de trabalho.

O levantamento de dados foi ordenado segundo a CBO - Classificação Brasileira de Ocupações, contemplando as seguintes famílias ocupacionais: 2612 - profissionais da informação (bibliotecário, documentalista, analista de informações), 2522 - contador (auditor, contador, perito contábil); 2124 - analistas de tecnologia da informação (analista de desenvolvimento de sistemas, analista de redes e comunicação de dados, analista de sistemas de automação, analista de suporte computacional). O sistema de classificação por família ocupacional da CBO é o adotado para organizar os dados nas bases, tanto do Ministério do Emprego e do Trabalho quanto do IBGE.

Os levantamentos foram feitos na base RAIS (Relação Anual e Informações Sociais), do Ministério do Emprego e do Trabalho, referentes ao período compreendido entre 1985 e 2009. A pesquisa adotou uma abordagem descritiva do cenário que caracteriza cada profissão analisada. Os dados foram tratados por estatística descritiva por constituírem-se em informações agregadas, fornecidas pelos empregadores e disponibilizadas pelos sistemas do Ministério do Trabalho. É importante ressaltar que as bases consultadas retratam um "censo do mercado de trabalho formal brasileiro", de extrema relevância (NEGRI *et. al.*, 2001).

Instituída pelo Decreto n.º 76.900/75, de 23 de dezembro de 1975, a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS é um Registro Administrativo, de âmbito nacional. Ela tem

periodicidade anual e é obrigatória para todos os estabelecimentos. Desde o ano base de 2000, a declaração tem sido feita apenas em meio magnético e pela Internet; ali são feitas as primeiras críticas na preparação e coleta dos dados, o que favorece a geração de dados com maior validade. As principais variáveis investigadas são: empregos em 31 de dezembro segundo gênero, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos, desagregados em nível ocupacional, geográfico e setorial.

Para este artigo foi também utilizada a RAIS MIGRA, que é uma base de dados derivada da RAIS e visa o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo. A base está organizada de forma longitudinal, permitindo a realização de estudos de mobilidade, duração e reinserção de indivíduos no mercado de trabalho, o que não é permitido pela base RAIS convencional. Existem dois modelos da base de dados RAIS MIGRA: o modelo "PAINEL" (posição do trabalhador ao longo do tempo), que permite estudos de mobilidade do indivíduo no mercado de trabalho; e o modelo "VÍNCULO" (relação de emprego formal estabelecida entre um estabelecimento e um trabalhador), que permite estudos de duração (tempo de emprego e desemprego) e reinserção, complementando o potencial de uso da RAIS para acompanhamento do Mercado de Trabalho. Neste artigo, foi utilizada a modalidade VÍNCULO, que trata cada registro de trabalho como um vínculo, considerando inclusive os vínculos inativos.

Os dados que analisam a 'informalidade' no trabalho, são provenientes da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, referente aos anos 2002, 2004, 2006 e 2008. A PNAD é um *survey*, constituído por um módulo fixo básico e por módulos complementares temáticos, que variam a cada ano. Consiste em um sistema de pesquisas domiciliares, implantado a partir de 1967, com o objetivo de produzir informações para o estudo de desenvolvimento socioeconômico e demográfico do Brasil. "A pesquisa é realizada em todos os anos não-censitários e constitui-se de amostra estratificada por conglomerados em múltiplos estágios para todo o Brasil, exceto para a região agrária do norte do país" (IBGE, 2011).

Considerando que neste trabalho utiliza-se a RAIS e a PNAD, é relevante salientar que, na comparação de dados entre as duas bases, existem diferenças decorrentes da própria natureza da fonte de dados. Em linhas muito gerais, vale ressaltar que os dados da PNAD são coletados nos domicílios, enquanto na RAIS a informação é prestada pelo empregador.

Na próxima sessão, o artigo procura discutir, conceitualmente, as noções de estabilidade e carreira, na perspectiva da mobilidade e da informalidade. Os dados quantitativos da pesquisa são mostrados, neste contexto, em subseções intituladas: mobilidade profissional; informalidade e precarização do emprego. Por fim, seguem-se as considerações finais do texto.

## 2 ESTABILIDADE E CARREIRA: UMA LEITURA A PARTIR DAS NOÇÕES DE MOBILIDADE E DE INFORMALIDADE

Um dos fatores que caracterizam a profissionalidade de um grupo é o fato de os seus membros – ou a maioria – nele permanecerem, do início ao fim da trajetória profissional, conforme define Goode (1967). Ao se analisar a mobilidade ocupacional de uma forma mais ampla, é possível identificar que ocorre ‘estabilidade’ quando se observa, no coletivo, a ocorrência de mobilidade ascendente, à qual é possível se associar ao processo de profissionalização. Já a mobilidade descendente, ao contrário, significaria desistência de se permanecer no grupo. A construção da carreira profissional está condicionada a este movimento. Possivelmente, a melhor e mais consolidada noção de ‘carreira’ foi feita por Max Weber, ao analisar o fenômeno da dominação burocrática, na sua clássica obra *Economia e Sociedade*.

Ao caracterizar a posição do funcionário, na burocracia moderna, Weber (1999) procura traçar os elementos de um padrão ‘ideal’. Para este artigo, é importante destacar, particularmente, as noções de vitaliciedade e carreira. A vitaliciedade do cargo é considerada uma regra efetiva mesmo nos casos onde há demissões ou confirmações periódicas. Quanto à *carreira*, significa o percurso que faz o funcionário, ao longo da vida profissional, dos

cargos inferiores, menos importantes e menos bem pagos, até os superiores, de acordo com a ordem hierárquica das autoridades,

Para Weber (1999), a vitaliciedade jurídica não constitui um direito de posse, mas garantias jurídicas contra o afastamento do cargo ou a transferência para outro, arbitrariamente realizados. Originária das carreiras jurídicas, a vitaliciedade assume forma crescente para os cargos administrativos e têm unicamente a finalidade de “[...] oferecer uma garantia do cumprimento rigorosamente objetivo, isenta em considerações pessoais, dos deveres específicos do cargo em questão [...]”. (WEBER, 1999, p. 203)

No caso brasileiro, é possível aproximar a descrição do tipo ideal weberiano de funcionário a muitos postos de trabalho encontrados no universo do emprego público. Vários estudos mostram isso, ao menos no que se relaciona à estabilidade e carreira.

O estudo de Helal (2008), que discute estratificação e mobilidade setorial, enfatiza que o setor público tem privilegiado e valorizado fortemente os investimentos em capital humano. Também merece destaque o estudo de Nogueira, Baraldi e Rodrigues (2004), a respeito das condições de trabalho na administração pública e de acordo com as leis vigentes, afirmam que se trata de um trabalho socialmente protegido e que dele se pode dizer que jamais é precário. Outro estudo importante é o de Borges (2004), que situa a “natureza jurídica” da instituição empregadora como a mais importante segmentação dos postos de trabalho, ao distinguir o setor público do setor privado. A autora considera algumas especificidades associadas às lógicas distintas, entre os dois segmentos, que determinam a capacidade de geração de vagas, formas de seleção, recrutamento e treinamento, níveis de remuneração praticados, as possibilidades de carreira e de estabilidade no emprego, além do “[...] grau de respeito aos direitos estabelecidos [...]” (BORGES, 2004, p. 256). Os resultados da pesquisa revelam que os salários médios dos empregos públicos são superiores – quando não muito superiores – aos vigentes no segmento privado do mercado. E, ainda, revela que a estabilidade dos vínculos dos trabalhadores do setor público constitui-se na mais relevante diferença entre os empregos deste setor e os do setor privado.

Vale ressaltar, ainda, a proximidade do emprego público ao conceito de ‘trabalho decen-

te', desenvolvido e disseminado pela ILO- International Labour Organization ou OIT - Organização Internacional do Trabalho. A instituição dispõe, também, de uma taxonomia fundamental para se analisar a ascensão na mobilidade setorial e/ou de empresa. O modelo da ILO/OIT (2004) identifica sete variáveis que caracterizam o trabalho precário, dividindo-se entre dimensões de insegurança e de precariedade. Estas variáveis medem o inverso do que deve ocorrer com ocupações em processo de profissionalização ou já profissionalizadas. As cinco dimensões de precariedade referem-se diretamente a emprego e trabalho, são elas: a) insegurança do mercado de trabalho (falta de oportunidades de emprego); b) insegurança do trabalho (proteção inadequada contra a perda de emprego ou despedida arbitrária); c) insegurança de emprego (inabilidade de continuar em uma ocupação particular devido à falta de delimitações de ofício e qualificações de trabalho); d) insegurança quanto à segurança e à saúde (condições precárias de segurança ocupacional e saúde); e) insegurança de reprodução da experiência (falta de acesso à educação básica e treinamento vocacional). As outras duas dimensões, referem-se à precariedade: f) insegurança de renda (nível inadequado de renda; nenhuma garantia de recebimento ou expectativa de um nível adequado de renda atual e futura); e g) insegurança de representação (falta de direitos individuais em leis e de direitos coletivos para negociar).

Ao falar da ausência de direitos assegurados, penetra-se no território da informalidade, aqui analisada através dos estudos de Kalleberg (2009) e o de Cacciamali (1999).

Para Kalleberg (2009), o crescimento do trabalho precário na economia formal se reflete em vários indicadores, incluindo: a) declínio do período de tempo em que uma pessoa permanece com um mesmo empregador; b) aumento do desemprego de longo prazo; c) aumento dos acordos de trabalho não normatizados: trabalhadores que são contratados temporariamente com contratos de termos fixos, ou aqueles que são contratados por meio de agências de auxílio temporário e empresas de contratação; e d) deslocamento de risco dos empregadores para os empregados.

Para Cacciamali (1999), a ausência de regulamentação jurídica no setor informal tem consequências para os componentes do setor de

trabalho, assim como para o próprio processo de trabalho, pois os trabalhadores não participam dos benefícios da legislação trabalhista (salários, encargos sociais e condições de trabalho), além de não ganhar em identidade e consciência de pertencimento a uma categoria ocupacional. Essa falta de acesso às condições de trabalho envolve também a não observância de normas, como: higiene, segurança no trabalho e uso regulamentado do espaço urbano para o exercício de atividades informais.

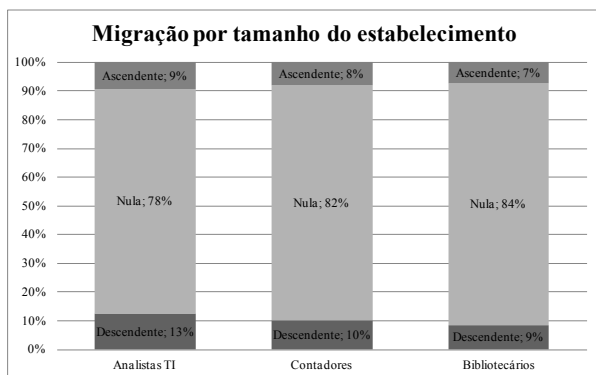
## 2.1 Mobilidade profissional

O estudo da mobilidade ocupacional, para Parenza e Schneider (2010), consiste na análise do deslocamento de um para outro ofício e de um para outro ramo ou setor de atividade econômica. Segundo Béduwé (1992), a mobilidade pode assumir as seguintes formas: a) mobilidade geográfica - consiste na mudança de área geográfica em que é exercida a profissão; b) mobilidade setorial e/ou de empresa - consiste na mudança de setor de atividade e/ou de empresa; c) mobilidade funcional e/ou horizontal - consiste na mudança de função; d) mobilidade sócio-profissional - consiste na mudança de profissão; e) mobilidade na condição perante o trabalho - consiste na mudança da condição perante o trabalho (ativo ocupado, ativo desempregado, inativo). Almeida et al. (2000) ainda acrescentam: f) mobilidade contratual - consiste na mudança do tipo de relação contratual (trabalhador independente, trabalhador temporário, contratado por tempo determinado). As formas de mobilidade enunciadas podem ser verificadas em dois planos distintos: o da mobilidade interna, quando a mudança se produz no interior de uma mesma empresa e o da mobilidade externa, quando essa mudança coincide com a mudança de empresa ou de empregador.

Neste artigo, foi observada a mobilidade ocupacional dos profissionais bibliotecários, contadores e analistas de TI, através dos dados da RAIS MIGRA, no contexto brasileiro. As comparações são feitas entre o primeiro emprego e o atual registrado.

Em geral, quanto à migração geográfica constatou-se que ela é pouco representativa para as três profissões analisadas. O Gráfico 1 mostra que as três ocupações são estáveis, sendo dos bibliotecários a taxa mais elevada: 84%; contadores, 82% e analistas TI, 78%.

**Gráfico 1** - Migração, por tamanho do estabelecimento, entre o primeiro e o último vínculo

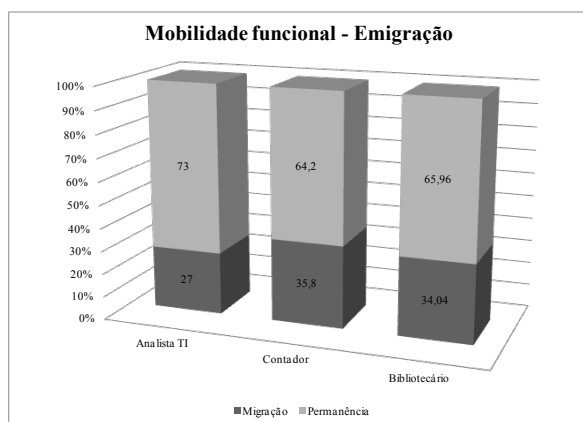


Fonte: RAIS MIGRA (2010)

O Gráfico 1 mostra ainda, em relação ao tamanho do estabelecimento empregador, que as três profissões evidenciaram prevalência do fluxo descendente, ou seja, mais profissionais migraram e começaram a atuar em organizações de menor porte do que a inicial, o que implica menor estabilidade e menor perspectiva de promoção vertical. No caso dos fluxos ascendentes, o saldo foi ligeiramente mais otimista para os analistas e contadores, que registraram, respectivamente, 9% e 8%. Foi de 7% foi o índice dos bibliotecários, que são os mais estáveis.

A seguir, o Gráfico 2 mostra dados sobre a mobilidade funcional. Foi evidenciado que, nas três profissões, uma vez inserido na ocupação, o profissional não busca mudanças para outras. Este é o caso de 73% dos profissionais da família dos analistas, 64,2% dos contadores e 65,96% dos bibliotecários, conforme se constata abaixo.

**Gráfico 2** - Emigração, por família ocupacional, entre o último e o primeiro vínculo



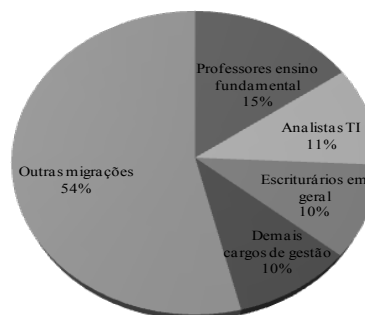
Fonte: RAIS MIGRA (2010)

Quando observada a origem funcional, também considerada como horizontal, foi possível verificar que as três ocupações tiveram mobilidade ascendente. Antes de exercerem o cargo de bibliotecários, os trabalhadores desta família ocuparam com maior frequência os cargos de escriturários e técnicos em biblioteconomia. A mobilidade também foi ascendente para os contadores, registrados no primeiro emprego, mais frequentemente, como auxiliares e técnicos em contabilidade. Os analistas de TI, também tiveram movimento ascendente, pois, anteriormente, ocupavam cargos técnicos em desenvolvimento de sistemas e aplicações, operação e monitoração de computadores, eletrônica e telecomunicações.

Em relação ao movimento contrário, ou seja, à evasão, o Gráfico 3 mostra, a título de ilustração, quais os grupos ocupacionais mais receberam bibliotecários.

**Gráfico 3** - Evasão profissional dos bibliotecários para outras ocupações

#### Evasão profissional dos bibliotecários



Fonte: Rais Migra (2010)

Foram três os grupos ocupacionais para os quais fluíram bibliotecários: professores de nível superior do ensino fundamental, da primeira à quarta série (15%); analistas de sistemas computacionais (11%) e escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos (10%). Quando se agrupam alguns destes cargos de gestão mencionados, é possível identificar que 10,22% de bibliotecários migraram para os seguintes cargos: administradores, supervisores administrativos e dirigentes do serviço público, entre outros. Para este subgrupo, constata-

se que a mobilidade foi funcional, e não socioprofissional.

Quanto aos analistas, não foi possível identificar uma evasão com expectativa ascendente para outra ocupação. Apenas 1,58% migraram para cargos de gerência; 1,47% para cargos técnicos e 0,84% para escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos. Chama atenção, entretanto, o fato de 328 analistas de TI migrarem para a família ocupacional 2612 (Profissionais da Informação: bibliotecário, documentalista e analista da informação).

Na análise de evasão dos contadores, as ocupações que registraram maior frequência são relacionadas a postos administrativo-financeiros. O percentual de migração para ocupações em cargos que exigem menor qualificação foi de 53,92%. As famílias ocupacionais que mais receberam os contadores migrantes foram: 4110 – Agentes, assistentes e auxiliares administrativos (1,36% do total); 4131 – Auxiliares de

contabilidade (0,77). Somente 0,70% migrou para a família 1421 – Gerentes administrativos, financeiros, de riscos e afins.

A Tabela 1, a seguir, mostra outra forma de análise da mobilidade, baseada na distribuição, por setor/subsetor empregador da economia formal, onde trabalham os profissionais pesquisados. Para a mobilidade setorial, foram analisados os dados de 1985 a 2009, com base na RAIS. Observando-se a distribuição dos três grupos profissionais pelos 25 subsectores do IBGE, é possível identificar se a ocupação manteve sua participação ou se ela expandiu para novos subsectores. A análise realizada é referente ao período de 1985 a 2009.

O que de mais significativo mostra a Tabela 1 é a terceirização. Este fenômeno pode ser percebido pela forte concentração no subsetor 19, onde estão localizadas as firmas de subcontratação de serviços. No caso dos bibliotecários há concentração distribuída entre os subsectores 19 e 21, ambos relacionados à terceirização, conforme se vê na Tabela 1.

**Tabela 1 - Expansão e retração profissional nos subsectores do IBGE**

Natureza jurídica	Analistas de TI				Contadores				Bibliotecários			
	2009	% 2009	Média	% Média	2009	% 2009	Média	% Média	2009	% 2009	Média	% Média
1 EXTR MINERAL	1.916	0,98%	465	0,58%	1.807	1,70%	508	0,88%	98	0,55%	28	0,23%
2 MIN NAO MET	408	0,21%	381	0,48%	863	0,81%	558	0,96%	18	0,10%	16	0,13%
3 IND METALURG	2.041	1,05%	1.256	1,57%	2.523	2,38%	1.443	2,50%	83	0,46%	55	0,46%
4 IND MECANICA	2.302	1,18%	1.373	1,71%	2.489	2,34%	1.063	1,84%	335	1,87%	78	0,66%
5 ELET E COMUN	1.997	1,02%	1.432	1,79%	1.369	1,29%	711	1,23%	97	0,54%	55	0,46%
6 MAT TRANSP	2.041	1,05%	1.269	1,59%	2.517	2,37%	913	1,58%	67	0,37%	35	0,29%
7 MAD E MOBIL	286	0,15%	188	0,23%	689	0,65%	508	0,88%	10	0,06%	7	0,06%
8 PAPEL E GRAF	2.375	1,22%	1.199	1,50%	1.424	1,34%	748	1,29%	147	0,82%	107	0,89%
9 BOR FUM COUR	1.236	0,63%	740	0,92%	1.078	1,02%	686	1,19%	61	0,34%	37	0,31%
10 IND QUIMICA	2.954	1,51%	1.826	2,28%	4.413	4,16%	2.020	3,49%	382	2,13%	163	1,37%
11 IND TEXTIL	981	0,50%	651	0,81%	1.332	1,25%	931	1,61%	17	0,09%	24	0,20%
12 IND CALCADOS	169	0,09%	88	0,11%	251	0,24%	133	0,23%	2	0,01%	1	0,01%
13 ALIM E BEB	2.969	1,52%	1.436	1,79%	4.764	4,49%	2.095	3,62%	109	0,61%	46	0,38%
14 SER UTIL PUB	2.135	1,09%	1.973	2,46%	2.167	2,04%	1.978	3,42%	110	0,61%	157	1,32%
15 CONSTR CIVIL	1.984	1,02%	817	1,02%	3.098	2,92%	1.696	2,93%	279	1,55%	91	0,76%
16 COM VAREJ	13.757	7,05%	4.799	5,99%	7.485	7,05%	4.199	7,26%	796	4,43%	170	1,42%
17 COM ATACAD	6.913	3,54%	2.419	3,02%	5.299	4,99%	2.311	4,00%	293	1,63%	76	0,64%
18 INST FINANC	15.001	7,69%	9.427	11,77%	8.047	7,58%	4.870	8,42%	492	2,74%	179	1,50%
19 ADM TEC PROF	96.775	49,59%	32.461	40,54%	23.187	21,85%	10.833	18,73%	4.063	22,63%	1.363	11,43%
20 TRAN E COMUN	11.190	5,73%	4.836	6,04%	4.596	4,33%	2.774	4,80%	433	2,41%	255	2,14%
21 ALOJ COMUNIC	7.894	4,05%	2.903	3,63%	5.044	4,75%	3.267	5,65%	1.539	8,57%	1.710	14,35%
22 MED ODON VET	2.539	1,30%	953	1,19%	2.280	2,15%	1.113	1,92%	296	1,65%	135	1,13%
23 ENSINO	5.949	3,05%	1.942	2,43%	2.616	2,46%	900	1,56%	5.368	29,90%	2.568	21,55%
24 ADM PUBLICA	8.849	4,53%	4.168	5,21%	15.291	14,41%	9.648	16,68%	2.839	15,81%	4.038	33,88%
25 AGRICULTURA	483	0,25%	195	0,24%	1.513	1,43%	831	1,44%	18	0,10%	55	0,46%
TOTAL	195.144		80.066		106.142		57.848		17.952		11.918	

Fonte: Rais (2010)

Em relação à distribuição de trabalhadores nos demais subsetores do IBGE, foi possível observar que os bibliotecários apresentam, historicamente, concentração em quatro: Ensino (23); Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico-profissionais, auxiliares de atividades econômicas e organizações internacionais e representações estrangeiras (19); Administração pública direta e autárquica (24); Serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção, pessoais, domiciliares, diversões, radiodifusão, televisão, comunitários e sociais (21).

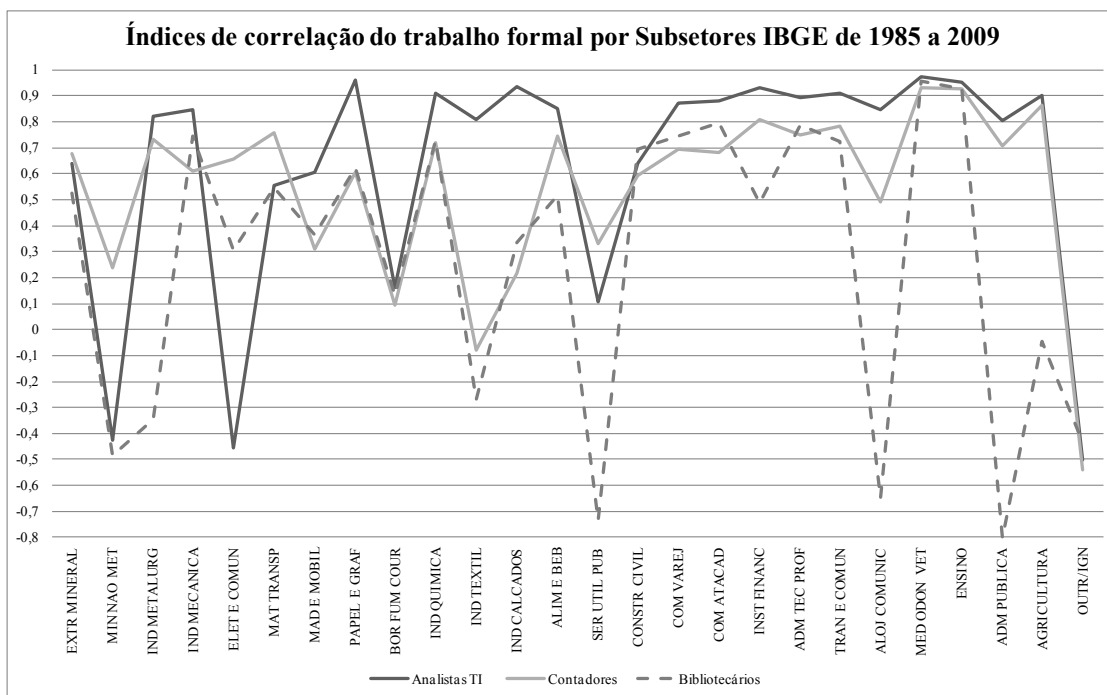
Observando, pela Tabela 1, os quatro subsetores com mais postos de trabalho para os analistas de TI, têm-se: Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico-profissionais, auxiliares

de atividades econômicas e organizações internacionais e representações estrangeiras (19); Instituições de crédito, de seguros e de capitalização (18); e Transporte e comunicações (20); Comércio varejista (16); em quinto lugar, vem Administração pública (24).

O perfil de empregos dos contadores aponta uma grande pulverização em diversos subsetores de atividade econômica. Entretanto, destaca-se concentração nos seguintes subsetores: Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviço técnico (19); Administração pública (24).

Complementando os dados da Tabela 1, segue o Gráfico 4. Segundo Autora 1 (2012), o Gráfico 4 foi elaborado a partir das recomendações de Bruni (2011), enquanto para a análise dos dados, considerou-se a recomendação de Dancy e Reidy (2006).

**Gráfico 4 - Índices de correlação do trabalho formal, por subsetor IBGE de 1985 a 2009**



Fonte: Rais (2010)

A análise dos postos de trabalho por subsetor do IBGE, a partir da análise de correlação e de frequência, confirma que o subsetor 19 – ADM TEC PROF tem, para as três profissões pesquisadas, índice de correlação positivo e alta representatividade para o número de empregos formais. O subsetor 19 compreende comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico-profissionais, auxiliares de atividades econômicas e organizações internacionais e representações estrangeiras.

A análise dos índices de correlação dos subsetores, pelo Gráfico 4, mostra que no caso dos bibliotecário houve preservação do espaço profissional, o que decorrente, provavelmente, do processo de regulamentação da profissão no Brasil. Os dados mostram que, historicamente, houve redução de postos de trabalho na classe ‘Administração pública’ e crescimento na de ‘Ensino superior’. É preciso observar, nestes casos, a exigência do Ministério da Educação quanto à efetividade das bibliotecas nas instituições de ensino superior. Além do mais, podem impactar estes resultados as mudanças ocorridas nos sistemas de classificação, tanto o de profissões (CBO) quanto o de atividades econômicas (CNAE). A maioria dos bibliotecários concentra-se nos estabelecimentos de ensino superior (25%); no ensino fundamental, médio e demais instâncias (11%). Estes últimos têm grandes possibilidades de expansão, para atender às demandas decorrentes da lei 12.244/2010, que exige a presença de bibliotecário nas bibliotecas escolares. Pode-se afirmar, assim, que o mercado de trabalho para esta profissão encontra-se em expansão, o que é outro indicio do ‘trabalho decente’ (ILO, 2004), ou seja, a existência de oportunidades. Dois pontos, no entanto, sobressaem de forma negativa para o grupo dos bibliotecários, conforme se vê a seguir.

O primeiro ponto mencionado acima, diz respeito a dados constantes no subsetor 21 – Transportes e Comunicações. Neste setor, observou-se percentual acima de 50% no número de trabalhadores sem formação superior, os quais podem ter sido classificados erroneamente pelo empregador, muito provavelmente, pelo fato de constar na CBO, incluída na mesma família ocupacional denominada ‘Profissionais da Informação’, a ocupação ‘analista da informação’, junto com ‘bibliotecários’ e ‘documentalistas’.

O segundo ponto negativo mencionado, diz respeito à evidência de que, aproximadamente, 25% dos postos de trabalho bibliotecário encontram-se nos subsetores 19 e 21, que agrupam firmas especializadas em ‘terceirização’, uma modalidade de contratação muito utilizada pelo setor público brasileiro. Caso seja esta, de fato, a realidade, evidencia-se que, historicamente, a estabilidade do emprego foi afetada de forma negativa.

A respeito das contratações no subsetor 19, observa-se que esta é uma característica dos três grupos socioprofissionais analisados. Também para os analistas de TI, ocorreu aumento considerável de profissionais no subsetor 19, principalmente após o ano de 2000, sendo responsável, em 2009, por 50% dos postos de trabalho do setor formal. Em 2003, houve declínio do emprego em dezoito subsetores e expressivo aumento do número de trabalhadores no subsetor 24 – Administração pública direta e autárquica, provavelmente pela oferta de concursos públicos realizados a partir de 2002.

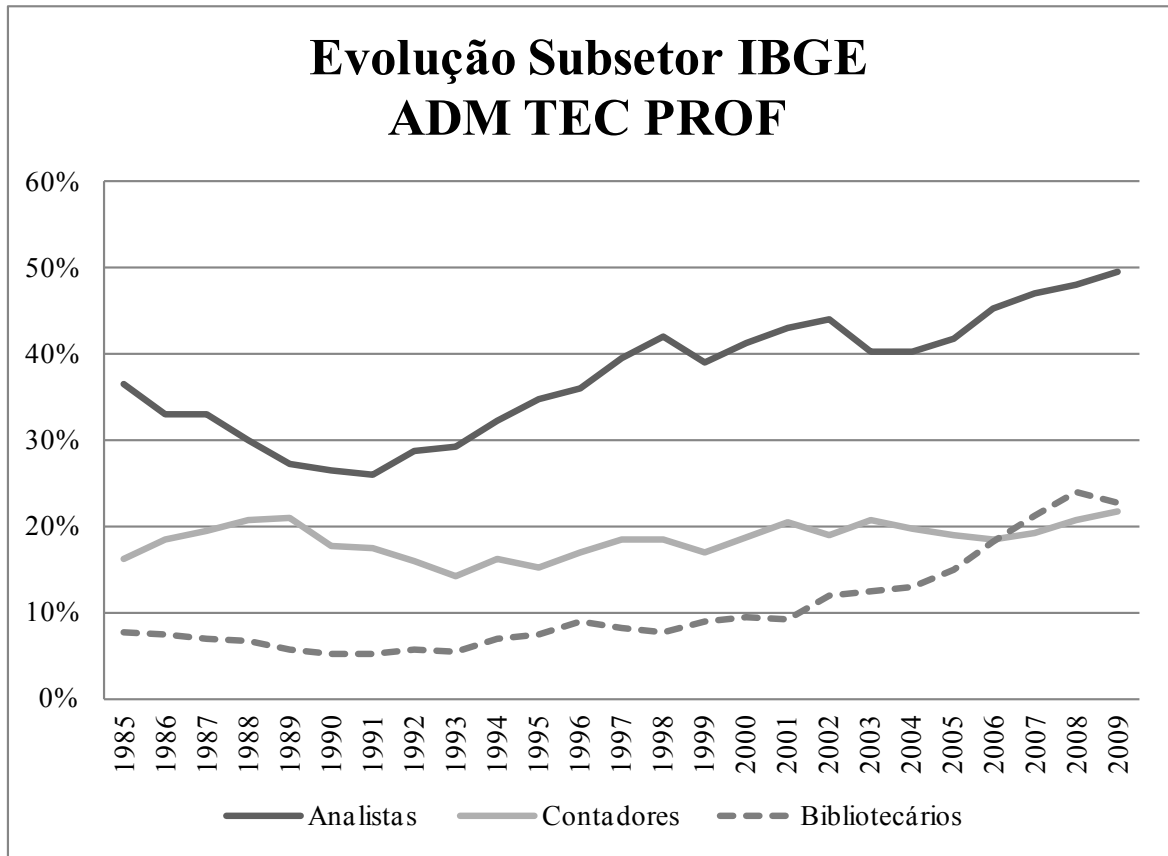
Para os contadores, houve preservação do espaço de trabalho, provavelmente garantido pelo processo de regulamentação vigente no Brasil. Contudo, ocorreu decréscimo de emprego, em vários subsetores, no período de 1990 a 2000, que reflete a crise decorrente do processo de automação, vivido intensamente pelas empresas brasileiras, na época. Mas este foi, também, o período em que ocorreu o apogeu do neoliberalismo, com retração de contratos no setor público. A ocupação apresentou uma recuperação favorável, a partir de 2001, que pode ser atribuída, em parte, à agilidade de reação decorrente da coesão do grupo e das instituições representativas do grupo, regulamentado como profissão.

Para os três grupos, é inegável a grande oferta de concursos públicos que ocorreu a partir de 2001, afetando favoravelmente o perfil do emprego. De fato, a prestação de serviços públicos cresceu, progressivamente, a partir de 2001, mas não somente através de contratos de trabalho diretos. Como ficou demonstrado, ocorreu também uma grande expansão dos contratos, pela via da terceirização.

Este movimento pode ser observado pelo gráfico abaixo, que mostra o comportamento do já comentado subsetor 19– ADM TEC PROF.



**Gráfico 4 - Participação percentual no subsetor do IBGE – Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico-profissionais, auxiliares de atividades econômicas e organizações internacionais e representações estrangeiras – de 1985 a 2009**



Fonte: Rais (2010)

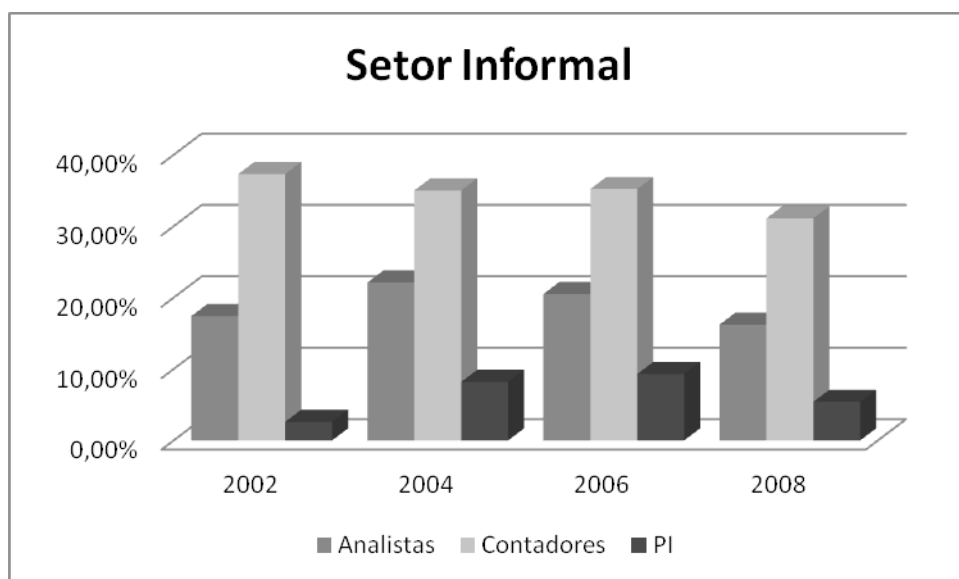
O Gráfico 4 mostra um forte crescimento do percentual de analistas de TI terceirizados, entre 1991 e 2009. Elevando-se do patamar de 25% para 50% dos empregos, os analistas de TI terceirizados cresceram cerca de 100%, em aproximadamente 20 anos. No mesmo período, o crescimento da terceirização, entre os bibliotecários, foi ainda superior a 100%. Para os bibliotecários, pode-se observar que este é um fato relativamente novo na profissão, sendo acentuado a partir de 2002, ano em que foi alterada a Classificação Brasileira de Ocupações e criada a família ocupacional 'Profissionais da Informação'. Pode ter ocorrido algum erro de registro, já que a mesma família abriga a subocupação 'Analistas de Informação', que

vai se refletir no conjunto dos dados agregados. Registra-se, ainda no Gráfico 4, que os contadores não modificaram significativamente o seu perfil.

## 2.2 Informalidade e Precarização do Emprego

Para verificar a informalidade nas três profissões, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD, anos 2002, 2004, 2006 e 2008. Da amostra, foram retirados os aposentados. O Gráfico 5 mostra o comportamento da informalidade entre as três ocupações:

Gráfico 5: Setor de emprego informal das ocupações



Fonte: PNAD (2002, 2004, 2006, 2008)

Os critérios para a definição do setor informal foram os mesmos adotados pelo IPEA. Desta forma, considerou-se como setor informal: outros empregados sem carteira, empregos sem declaração de carteira, conta própria, empregador, trabalhador na produção para próprio consumo. Para o IPEA, o setor de trabalho formal refere-se ao empregado com carteira, o militar, e o funcionário público estatutário.

Os contadores apresentaram o maior percentual de informalidade. Entretanto, ao analisar os microdados, foi possível notar que essa concentração decorre do elevado percentual de empregadores e trabalhadores por conta própria. Estes trabalhadores são os contadores que operam em escritórios próprios. Este cenário demonstra um relativo enfraquecimento da profissão. Além do mais, as relações de trabalho são precárias porque o contador, neste cenário, tem dificuldades na obtenção de reajustes salariais e dos direitos atribuídos na CLT, tais como férias, décimo terceiro, repouso semanal remunerado, e jornada de trabalho definida.

Em todos os anos observados, os analistas de TI mostraram o mais representativo número de profissionais que atuam no setor informal. Para estes, predominam os postos de trabalho nas classes 'outros empregos sem carteira' e 'conta própria'. Este cenário repercute no

enfraquecimento da ocupação. Nela ocorre uma constante migração de trabalho formal para informal, pois os trabalhadores, à medida que o salário aumenta são convidados a abrir uma empresa para que sejam minimizados os encargos trabalhistas e, simultaneamente, para que o profissional receba remuneração superior à então praticada. Outro ponto que representa vulnerabilidade, para o grupo, são as contratações por projetos pois o trabalhador é convidado a atuar na empresa para o exercício de projetos por tempo determinado, mas os projetos são constantemente ampliados e renovados, e o trabalhador permanece sem vínculo empregatício, embora operando no setor formal.

A análise de dados sobre o setor informal permitiu identificar que os analistas de TI apresentam um representativo universo de profissionais que atuam sem a garantia do salário direto e indireto, previstos pela legislação trabalhista brasileira. As evidências de precariedade, observadas nesta ocupação, resultam em insegurança no trabalho, relativa ao acentuado e crescente número de profissionais admitidos e desligados; insegurança de renda relativa à expressiva queda salarial, que representa uma redução no reconhecimento social do grupo e a perda do poder de consumo. Observou-se, ainda, uma insegurança de emprego, pois muitos analistas atuam no setor privado, em vários setores, o que gera uma

pulverização e maior dificuldade para a atuação sindical.

Já os bibliotecários apresentaram pouca informalidade e precariedade, apesar do crescimento da rotatividade. Estes profissionais, em sua maioria, atuam no setor público em estabelecimentos com mais de 500 funcionários, além de se ter observado o crescimento da renda salarial (AUTOR 1, 2012), ao longo do período pesquisado.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Do ponto de vista metodológico, recomenda-se, para estudos futuros, a análise das variações registradas nos setores Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), que é muito mais diversificada que a classificação pelos grandes-setores IBGE, para que sejam verificadas as bruscas alterações apresentadas nos registros, em relação à distribuição dos postos de trabalho nas modalidades de empresas onde mais impactaram as oscilações. Para que tal análise seja mais completa recomenda-se, ainda, para futuros trabalhos, que sejam realizados estudos comparativos entre o crescimento do subsetor e o crescimento da atuação profissional. Dessa forma, será possível analisar se o subsetor apresentou pequenas taxas de crescimento do número de empregos, mas aumentou a

atuação do profissional qualificado ou se o subsetor cresceu menos do que a quantidade de profissionais absorvidos, evidenciando desemprego estrutural.

A metodologia de estudo comparado trouxe expressivas contribuições, permitindo a investigação das semelhanças e diferenças entre as profissões e as respectivas regularidades. A abordagem quantitativa de natureza descritiva permitiu analisar os dados da RAIS, RAIS MIGRA e PNAD, identificando as características das profissões analisadas quanto à atuação profissional. Os vinte e quatro anos de dados coletados pela RAIS, para a análise comparada das três profissões, evidenciou-se como metodologia apropriada, tendo em vista a representatividade dos dados. O uso da RAIS MIGRA, também sinalizou importantes contribuições quanto à mobilidade profissional.

De um modo geral, pode se depreender deste estudo, que a regulamentação favorece a estabilidade e a construção da carreira profissional. Os dados do mercado de trabalho formal, fornecidos pela RAIS e RAIS MIGRA (1985 a 2009) revelam que as profissões regulamentadas há mais tempo têm uma condição mais favorável à prevenção do desemprego estrutural, à manutenção da mão de obra qualificada e à possibilidade de mobilidade e estabilidade.

### **STABILITY AND PROFESSIONAL CAREER: comparative study between librarians, accountants and information technology analysts**

**ABSTRACT** *This paper was based on research data of a doctoral study to obtain the doctoral title in a Brazilian program of post-graduation in Information Sciences. Through a comparative study between the following groups of professions: Librarians, Accountants and Information Technology Analysts. The text analyzes the characteristics of stability and professional career. The research method is focused on the quantitative approach, using the database of the Ministry of Labor and Employment, RAIS and RAIS MIGRA (1985-2009), as well as the data from the PNAD/IBGE (2002, 2004, 2006, 2008). It was found, regarding the professional performance of the analysed groups, that those professions which were regulated first show more favorable conditions for stability and career, which means better relations and labor conditions.*

**Keywords:** *Librarians. Accountants. Professions. Stability. labor relations.*

---

Artigo recebido em 12/07/2014 e aceito para publicação em 09/12/2014

---

## REFERÊNCIAS

- ABBOTT, A. **The system of professions: an essay on the division of expert labour.** Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- ALMEIDA, A. J.; MARQUES, M. A.; ALVES, N. Carreiras profissionais: novos caminhos para as relações de trabalho? In: CONGRESSO PORTUGUES DE SOCIOLOGIA: sociedade portuguesa: passados recentes, futuros próximos. 4, 2000, Coimbra. **Atas...** Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2000. Disponível em: <[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462dcd63c0e0b\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dcd63c0e0b_1.PDF)>. Acesso em 26 de abr. de 2011.
- BÉDUWÉ, C. "Mobilité professionnelle et formation" in Coutrot, Laurence et Dubar, Claude (Dir.) *Cheminements professionnels et mobilités sociales*, Paris, La Documentation Française. In: ALMEIDA, António José; MARQUES, Maria Amélia; ALVES, Natália. Carreiras profissionais: novos caminhos para as relações de trabalho? In: CONGRESSO PORTUGUES DE SOCIOLOGIA: sociedade portuguesa: passados recentes, futuros próximos. 4, 2000, Coimbra. **Atas...** Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2000. Disponível em: < [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462dcd63c0e0b\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dcd63c0e0b_1.PDF) >. Acesso em 26 de abr. de 2011.
- BORGES, A. C. Reforma do Estado, emprego público e a precarização do mercado de trabalho. In: **Cadernos CRH/UFBA**, v. 17, n. 41, p. 255-268, 2004.
- BRUNI, A. L. **Estatística aplicada à gestão empresarial.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011
- CAMPOS, R.; MACHADO, L. Profissionalização. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. (ed.). **Dicionário de Educação Profissional.** Belo Horizonte: NETE (Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação)/FAE/UFMG, 2000.
- CACCIAMALI, M. C. **Informalidade contemporânea na América Latina.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- CRIVELLARI, H. M. T. Relação educativa e formação profissional na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte : ANCIB, 2003.
- CRONIN, B. Profissionalização ou proletarização da atividade informacional? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 22, n. 1, p. 38-65, 1993.
- DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GOODE, W. J. Community within a Community: The Professions. **American Journal of Sociology**, v. 72, n. 4, p. 194-200. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2088857?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=56210559393>>. Acesso em: 27 maio 2012.
- HELAL, D. H. **A Dinâmica da Estratificação Social no Setor Público Brasileiro: meritocracia ou reprodução social?** 2011, 174 f. (Tese Dout. Ci. Hum.) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2008. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-7FZV43/1/tese\\_vers\\_o\\_final.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-7FZV43/1/tese_vers_o_final.pdf)>. Acesso em: 21 de janeiro de 2011.
- IBGE. **PNAD.** Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [200-]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/> Acesso em: 22 set. 2011.
- ILO - INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Economic security for a better world: Programme on Socio-economic Security**, ILO, Geneva: ILO , 2004.
- KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Rev. bras. Ci. Soc.** 2009, v. 24, n.69, p. 21-30, 2009.
- MARINHO, M. J. M. da C. **Profissionalização e credenciamento: a política das profissões.** 1985 (Dissertação) Mestrado em Sociologia, Instituto

Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

NEGRI, J. A. de; CASTRO, P. F. de; SOUZA, N. R. de; ARBACHE, J. S. **Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

NOGUEIRA, R. P.; BARALDI, S.; RODRIGUES, V. de A. Limites críticos das noções de precariedade e desprecarização do trabalho na administração pública. Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil. **Estudos e Análises** - Volume II. Ministério da Saúde: Organização Pan-Americana da Saúde, 2004.

OLIVEIRA, J. L. R. de. **Estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de tecnologia da informação: processo de profissionalização e seu efeito na formação, atuação e reconhecimento profissional.** (Tese de doutorado) Escola de Ciência da Informação/ Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

PARENZA, C.; SCHNEIDER, E. M. Estudo exploratório sobre a mobilidade ocupacional

recente na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 111-136, 2010.

PENA, A. de S. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/MTE, 1985 a 2005.** 2007, 168 f, (Dissertação Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2007.

SARTORI, G.. Comparación y método comparativo. In: SARTORI; Giovanni; MORLINO, Leonardo (org). **La comparación em las Ciencias Sociales.** Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 29-50.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 2

WILENSKY, H. L. The professionalization or everyone? **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 70, n. 2 , p. 137-158, sep. 1964.. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2775206>>. Acesso em: 14 dez 2009.